

Teresa Mora

Universidade do Minho

Verdade, descoberta e consequência nos relatos de viagem utópicos: o jogo de prefação

Decorrente do estudo dos prefácios de dois relatos de viagem utópicos de expressão francesa do século XVII – *La Terre Australe connue*, de Gabriel de Foigny (1676) e *L’Histoire des Sévarambes*, de Denis Veiras (1677-1769) –, este texto é enquadrado pelo objectivo geral que delineou o trabalho desenvolvido em *Viagem, Utopia e Insularidade*¹: demarcar-me de uma visão normativa da ciência moderna, assente no pressuposto de ruptura entre os seus procedimentos metódicos e discursivos e os que configuram o “modo utópico” de conhecimento². Reportei-me, para tal, a obras de dois autores que representam os alicerces de concepção da ciência (moderna) – o *Discurso do Método* (1637) de René Descartes, o *Novum Organum* (1620) e a *Nova Atlântida* (1627) de Francis Bacon – e a duas utopias seiscentistas (*La Terre Australe connue* de Foigny e *L’Histoire des*

¹ Teresa Mora, *Viagem, utopia e insularidade. Narrativas fundadoras da ciência e da sociedade moderna* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009).

² Utilizo a expressão “modo utópico” de conhecimento tal como estabelecido por Raymond Ruyer, *L’utopie et les utopies* (Paris: Presses Universitaires de France, 1950), p. 9. Na sua tentativa de definir o princípio unificador das utopias, da antiguidade à contemporaneidade, o autor considera que: “ malgré la variété des utopies, malgré le disparate d’un genre qui unit Platon, Cyrano de Bergerac, Morris et Haldane, il y a un mode utopique”, definido entre a teoria e a especulação, que é um “exercice mentale sur les possibles latéraux”, através do qual o intelecto “s’amuse à essayer mentalement les possibles qu’il voit déborder le réel”, fazendo-se “pouvoir d’exercice concret.”

Sévarambes de Veiras), cuja prefação inaugura o recurso narrativo às relações de viagem autênticas, no domínio da literatura utópica³.

Procurava, então, mostrar que, não obstante a tendência que ainda hoje predomina na comunidade académica para se ver neste conjunto de textos registos discursivos estanques, baseados em valores cognitivos distintos, eles nos revelam processos de elaboração do conhecimento similares que nos convidam a demarcar-nos do espírito classificatório que tem presidido ao modo como separamos e isolamos as nossas representações da racionalidade científica de outros modos de conhecimento.

Neste estudo, e com o propósito de, uma vez mais, fazer ressaltar a fragilidade das fronteiras que separam ciência e utopia, abordo uma das várias similitudes que aproximam esses textos fundadores da ciência e as narrativas utópicas de Foigny e Veiras, suas contemporâneas. Refiro-me à presença comum do tema da viagem, particularmente relevante por se constituir em condição de acesso ao conhecimento, sendo, por conseguinte, inseparável da identificação do viajante com o próprio sujeito do conhecimento. É dessa importância que de seguida darei conta, de modo sintético. Posteriormente, focalizo a retórica de prefação tecida nos dois relatos de viagem utópicos, procurando identificar alguns dos traços discursivos através dos quais se joga a verosimilhança entre ciência e utopia.

1. A viagem como condição de acesso ao conhecimento

Descartes, no *Discurso do Método*, conta-nos a história do seu percurso para alcançar o verdadeiro método capaz de fundar uma nova ciência (em ruptura com a escolástica). Desse percurso faz parte não só o viajar pela Europa, errando por várias teias de comunicação – “a ver

³ Conforme afirmado por Jean-Michel Racault, no seu estudo sobre os prefácios das narrativas de viagem imaginárias no final da Idade Clássica: Jean Michel Racault, “Les jeux de vérité et du mensonge dans les préfaces des récits de voyage imaginaires à la fin de l’âge classique /1676-1726”, in François Moureau (org.), *Métamorphoses du récit de voyage* (Paris, Genève: Champion-Slatkine, 1986), p. 83.

cortes e exércitos, a frequentar pessoas de diversos humores e condições”, em busca de novas experiências e situações para lá do mundo dos livros que frequentara no colégio de LaFlèche⁴, como também a empreender passo a passo uma viagem ao interior de si próprio. Esta outra viagem, ao ser caracterizada por um percurso de afastamento ou desenraizamento do sujeito relativamente ao saber adquirido é, por isso, indispensável ao engendramento de uma nova ordem de conhecimento. Com efeito, Descartes, encontrando-se na Alemanha, todo o dia fechado e sozinho numa *poêle* (quarto aquecido pelo fogão), dispõe-se a expulsar de si todas as opiniões que havia recebido até então – “a tirá-las de lá” – a fim de “lá voltar a pôr outras melhores ou as mesmas, quando as tivesse ajustado ao nível da razão”⁵. O que o filósofo procura inventar ao cabo desse viajar – que é um percurso de desconstrução ou esvaziamento do próprio entendimento do sujeito – é o verdadeiro método para fundar a moderna ciência, na sua vertente racionalista, isto é, firmado no ideal, afinal, utópico do “uso completo da razão”⁶.

A *Nova Atlântida*, por seu turno, começa com a narrativa de uma viagem contada por um colectivo de navegadores europeus que, em virtude de um desvio à rota traçada (fruto da acção de ventos contrários), comporta igualmente a experiência de desenraizamento, a ruptura, o ir mais longe, *para lá dos limites* do saber adquirido. O que os viajantes baconianos irão acabar por descobrir é uma ilha separada e isolada do mundo geograficamente conhecido pelos europeus: a ilha imaginária de Bensalém, cuja edificação maior, a Casa de Salomão, é um instituto técnico-científico inteiramente destinado à descoberta do verdadeiro conhecimento. Com efeito, a Casa de Salomão é, conforme o prefácio de Rawley⁷, a instituição científica fundada em Bensalém para “interpretar

⁴ René Descartes, *Discours de la Méthode* (Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1999), pp. 55-56. Esta, como todas as outras citações das obras em apreço, procedem da minha tradução para português. (Lisboa: Edições 70, 2000).

⁵ *Ibid.*, p. 62.

⁶ *Ibid.*, p. 61.

⁷ O biógrafo e secretário de Bacon a cargo do qual ficaria a edição da *New Atlantis*, publicada pela primeira vez em 1627 e, por conseguinte, um ano após a morte do seu autor.

a Natureza”⁸ e para “produzir obras em benefício do homem”, dispondo efectivamente, como o leitor reconhece, ao aceder à sua descrição, de “aprestos e instrumentos”, “empregos e cargos”, “rituais e cerimónias” destinados aos “trabalhos” dos “nossos membros”, para a realização do(s) objectivo(s) da nossa fundação.”⁹

Através desta construção utópica, o que Bacon propõe é uma outra realidade para a ciência, tanto como o percurso realizado por Descartes põe em discurso um ideal de ciência que nega a que existe no seu tempo. Mas, ao contrário da epistemologia cartesiana, segundo a qual o conhecimento das coisas exteriores provém fundamentalmente da *luz interior da razão*, ou da faculdade abstractiva do intelecto, para Bacon o conhecimento deve acima de tudo empenhar-se na tarefa de reflectir a *luz exterior da natureza*: “la connaissance, elle est mouvementet sortie de soi de l’esprit vers les *resipisissimae*”¹⁰. É este princípio fundamental da epistemologia baconiana que se encontra patente na construção utópica da *Nova Atlântida*, nomeadamente na missão que preside às navegações dos membros da Casa de Salomão para todas as partes do mundo: “descobrir a natureza de todas as coisas”¹¹.

A identificação da viagem do conhecimento às grandes viagens marítimas, bem longe de se confinar à estrutura narrativa da *Nova Atlântida*, está patente em passagens várias do *Novum Organum*, obra através da qual, como o título indica, Bacon se propunha renovar o instrumento (ou método) do conhecimento, até então largamente assente na argumentação silogística tributária do antigo *Organon* aristotélico. Atente-se, por exemplo, à passagem em que o filósofo estabelece uma relação de homologia entre a expansão do “globo material”, resultante das navegações longínquas que permitiram revelar “imensas coisas da

⁸ W. Rawley, “Note à l’intention du lecteur”, Francis Bacon, *La Nouvelle Atlantide* (Paris: Flammarion, 2000), p. 81. Ao tempo de Bacon, “interpretar a natureza” significa “explicar”, “desvelar”.

⁹ Francis Bacon, *La Nouvelle Atlantide*, *op. cit.*, pp. 119-132.

¹⁰ Michèle Le Doeuff, “Bacon”, *Encyclopédie philosophique universelle – les oeuvres philosophiques*, III, tome I (Paris: Presses Universitaires de France), p. 924.

¹¹ Francis Bacon, *La Nouvelle Atlantide*, *op. cit.*, p. 105.

natureza”, e a inovação do “globo intelectual”, a requerer a libertação do saber dos limites adquiridos:

Não se deve esquecer que através das viagens e das navegações longínquas – que nos nossos dias se multiplicaram – imensas coisas da natureza foram reveladas e descobertas e que podem espalhar uma nova luz sobre a filosofia. Mais ainda, grande vergonha seria para os homens que as regiões do globo material, quer dizer, da terra, do mar, dos astros, tenham sido na nossa época amplamente descobertas e exploradas e que os limites do globo intelectual permanecessem encerrados no círculo restrito das invenções dos Antigos.¹²

Aliás, a gravura e respectiva legenda inscritas na folha de rosto do *Novum Organum* anunciam, desde logo, a importância do motivo da viagem de navegação: em primeiro plano, Bacon dá-nos a ver um navio deslizando para lá das colunas de Hércules – a marcar os limites do saber dos antigos – e, no horizonte, um navio também, figurando ambos o propósito último a que se destina o método baconiano: levar o entendimento à descoberta de novos conhecimentos. Sob a gravura é-nos dado a ler: “Muitos serão os que navegarão em todos os sentidos e a ciência será ampliada”¹³.

Cabe aqui salientar que a estreita relação entre viagem e conhecimento não constitui uma particularidade do pensamento baconiano ou cartesiano. Como Ribeiro dos Santos nos leva a constatar¹⁴, o tema da viagem marítima é frequentado com recorrência por outros filósofos da modernidade, entre eles Kant, Locke, Rousseau, Lambert ou Sulzer. O conflito da razão – dividida entre aventurar-se ao “‘oceano sem margens’ da metafísica” e aportar à “‘ilha’ ou ‘continente’ que é a natureza ou mundo sensível”¹⁵ – vem, segundo Ribeiro dos Santos, a ser amplamente desenvolvido na *Crítica da Razão Pura* (1781) e nos *Prolegómenos* (1783), onde Kant recorre às mesmas imagens, nomeadamente para

¹² Francis Bacon, *Novum Organum* (Porto: Rés-Editora, 1991), liv. I, af. 84.

¹³ Francis Bacon, *Novum Organum* (Paris: Presses Universitaires de France, 1986), p. 5.

¹⁴ Leonel Ribeiro dos Santos (2000), “Os descobrimentos e a retórica da razão moderna” (*Philosophica*, 15, 2000), pp. 177-205.

¹⁵ Kant, citado por Santos, *ibid.*, p. 198.

criticar quer o dogmatismo quer o cepticismo. O mesmo autor destaca a frequência com que a imagem do “mar sem margens” é, ao tempo de Kant, usada para designar a metafísica¹⁶. Por exemplo, “em Locke sob a forma do ‘vasto oceano do ser’ (‘the vast ocean of Being’)”¹⁷, ou em Lambert que observa “a metafísica como um mar, onde quem nele se aventura nem pode avançar nem voltar ao porto e onde não se pode desistir nem chegar completamente a bom termo”¹⁸.

O tema da viagem é, como sabemos, recorrente na estrutura das narrativas utópicas dos séculos XVII e XVIII, relativamente à qual as narrativas seleccionadas, de Foigny e Veiras não constituem excepção. Nos dois casos, o que o intérprete dos séculos XX-XXI tem perante si é uma ficção de formato biográfico, ou seja, a história pessoal do narrador e simultaneamente a personagem central (Sadeur, em Foigny, Siden, em Veiras), desdobrada em relato de viagem. Reportando-me a Bazcko, o itinerário topográfico dessa ficção construída como uma viagem pode ser sintetizado na “fórmula da viagem imaginária inspirada pelo modelo da *Utopia* de More”¹⁹: primeiro, a ida para um lugar imaginado que, no caso das duas narrativas, se situa comumente a “austro” da realidade europeia (a terra Austral); segundo, a estadia nesse lugar utópico (que é a sociedade austral, no caso de Foigny, e a sociedade sevarambe, em Veiras); terceiro e último, o retorno às coordenadas reais da Europa. É, por conseguinte, no quadro deste itinerário utópico, constituído pelas várias fases do relato do viajante (ida, estadia e regresso) que importa equacionar o jogo de prefação.

¹⁶ Santos, *ibid.*, p. 199.

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ Lambert citado por Santos, *ibid.*, p. 199.

¹⁹ Bronislaw Bazcko, “Utopia”, *Enciclopédia Einaudi* – vol. 5 – Anthropos-Homem (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985), p. 356.

2. O jogo de prefação

A prefação é sempre um itinerário de atribuição de sentidos ao texto que se vai percorrer, constituindo por isso uma peça discursiva que se pretende orientadora da viagem mental do leitor. Nestas narrativas, o prefaciador – que é, nos dois casos, o autor desdobrado neste papel – estabelece o que direi ser um *pacto* de leitura.

Em que consiste esse pacto? Em preparar o leitor para receber um relato de viagem utópico, protagonizado por um viajante imaginário (Sadeur ou Siden) *como se* se tratasse de uma relação de viagem escrita por uma viajante real. Nesse texto propedêutico o autor exerce um jogo de persuasão, cuja aposta é levar o leitor a pactuar nesse *fazer de conta* que está perante a edição de um autêntico manuscrito de viagem, escrito por um verdadeiro viajante. Ora, são justamente vários dos traços discursivos patentes na construção do conhecimento científico e assimiláveis à geografia mental da moderna epistemologia de Bacon e de Descartes, que vêm a ser convocados para o jogo de legitimação desses relatos de viagem utópicos.

Que traços são esses? A leitura da retórica de prefação nas duas narrativas permitiu-me identificar os seguintes registos de cientificidade: o efeito de realidade²⁰, o efeito de verdade e o valor de descoberta. É a recorrência destes registos que irei aqui ilustrar. Faço-o a partir da conjugação de várias dimensões analíticas dos enunciados de prefação: a construção do viajante, a construção do relato de viagem e o sentido atribuído ao conteúdo do livro.

Em *La Terre Australe connue*, o registo de descoberta é assinalado logo no título pelo adjectivo “connue”, a atribuir um valor de conhecimento ao conteúdo do livro, e reforçado na proposição com que se inicia o subtítulo: *La Terre Australe connue: c’est à dire, la description de ce pays inconnu jusqu’ici....* O estatuto inaugural de que é investido o relato de viagem contido no livro é reforçado, entre outros aspectos, pelo facto

²⁰ Utilizo a expressão a partir de Jean-Michel Racault: “Le lieu où par excellence s’élabore l’effet de réel à la faveur duquel le voyage imaginaire tente de se faire passer pour relation authentique, c’est la préface.” (Jean Michel Racault, *op. cit.*, p. 95).

de Foigny se referenciar a várias relações de viagens reais para lhes negar o seu valor de descoberta do continente austral, com o objectivo de tributar ao seu viajante imaginário (Sadeur) o descobrimento de “ce pays inconnu jusqu’ici”.

Aludindo à relação de viagem do navegador e comerciante normando Binot Paulmier de Gonneville²¹, Foigny põe em dúvida o seu destino austral, em razão da falta de precisão topográfica e cartográfica do seu relato:

Vários crêem que o senhor de Gonneville Francês poderia com justiça ter tido esta vantagem [a honra de ter descoberto a terra Austral], pois que tendo equipado um navio em Honfleur e levantado âncora a 12 de Junho do ano de 1603 ele chegou ao cabo da Boa Esperança: onde, tendo perdido a rota por causa de uma grande tempestade, foi lançado num mar desconhecido e de seguida contra as costas Austrais; onde, tendo permanecido seis meses, tomou a resolução de voltar a França [...].

É o que ele diz, mas como não identifica nenhuma particularidade topográfica, nem a extensão deste país, não se pode estabelecer nenhum julgamento sólido sobre a sua relação.²²

Reportando-se à relação de viagem de Pedro Fernando de Queiroz, Foigny, apesar de dar crédito ao descobrimento da terra Austral pelo navegador português²³, alega contudo a natureza superficial da sua relação:

²¹ Segundo Pierre Ronzeaud, a viagem de Paulmier de Gonneville é trazida a lume pelo abade Jean Paulmier Courtonne, descendente de Gonneville, numa obra surgida em 1663, na qual Courtonne cita, inclusive, extractos do relato de *Voyage du Capitaine Paulmier de Gonneville au Brésil (1503-1505)*, mas confere-lhe erroneamente o destino e ter chegado à terra Austral. (Pierre Ronzeaud, *L’Utopie hermaphrodite. La terre australe connue de Gabriel de Foigny (1676)* (Marseille: Publication du C.M.R., 17), pp. 92-93.

²² Gabriel de Foigny, *La Terre Australe connue* (Paris: S.T.F.M. – Société des Textes Français, Aux Amateurs de Livres, 1990), pp. 4-5.

²³ Queiroz terá abordado as Novas Hébridas (ou a Terra do Santo-Espírito, segundo Cook) em 1606, baptizando-as com o nome “Austrália do Espírito Santo”, convencido da existência de um vastíssimo continente austral a sul do Espírito Santo. Ver Marie-Thérèse Bourez, “La terre australe inconnue et l’Histoire des

É verdade que comparando a relação de Fernando Queiroz, português, com a descrição que se segue [a de Sadeur], é-se obrigado a reconhecer que, se alguém se aproximou dela [da terra Austral], esta honra lhe é devida sobre todos os seus predecessores.

Encontramos no seu oitavo Pedido a Sua Majestade Católica²⁴ que nas descobertas que ele fez no ano de 1610²⁵ viu países na terra Austral que ultrapassam a Espanha em fertilidade: onde os habitantes são em grande número [...]. Luis Pais de Torres era almirante da mesma frota, e ele confirmou a relação de Queiroz ao Conselho de Espanha, acrescentando que os países têm um clima tão saudável e tão conforme ao temperamento do homem [...]. Eis o conteúdo das relações destes dois personagens [...]. O lápis que o escreve é no entanto ligeiro, altera mais do que satisfaz: pois que eles não particularizam nada.

O desvanecer destas sombras estava reservado ao reinado de Luis o Temível e o Triunfante, a fim de que ele tivesse a vantagem de conhecer uma terceira terra mais bem situada e incomparavelmente mais regrada [...].

E os conhecimentos tão raros e tão esclarecedores que ele [Sadeur] nos dá, não devem ter outra origem senão a de uma nação que brilha mais do que nunca sobre toda a terra.²⁶

Estamos, pois, perante um jogo de luz e sombra através do qual o autor obscurece as relações de viagem dos navegadores reais, para iluminar o relato fictício do seu viajante imaginário, convertendo-o em *verdadeiro* relato da terra Austral.

Sévarambes (1677) de Denis Veiras”, Jacques Chocheyras (dir.), *Le voyage austral* (Paris: ELLUG, Université des Langues et Lettres de Grenoble, 1984), p. 26.

²⁴ “Sire. Je suis le capitaine Ferdinand de Quir, très humble serviteur et sujet de Votre Majesté, qui vous remontre très-humblement que c’est ici la huitième requête que je vous presente, pour faire conduire des colons aux terres que Votre Majesté a commandé être découvertes au pays de la terre Australe inconnue (...)” Ferdinand de Quir, *La terre australe inconnue, copie de la requête présentée au roy d’Espagne par le capitaine Pierre Ferdinand de Quir, sur la découverte de la cinquième partie du monde, appelée terre australe inconnue, et des grandes richesses et fertilité d’icelle*, 1617.

²⁵ Pierre Ronzeaud precisa que Queiroz terá partido de Callao a 21 de Dezembro de 1605, ao invés de 1610, como refere Foigny. Ver Gabriel de Foigny, *op. cit.*, pp. 6-7, n. 10.

²⁶ *Ibid.*, pp. 7-9.

O mesmo jogo conducente à obtenção do *efeito de verdade* de um relato de viagem imaginário é retomado na preparação do público (europeu) para receber *La Terre Australe connue* com o sentimento de ir inscrever no seu espaço de saber a mais-valia que o conhecimento da terra Austral proporcionou ao editor (o próprio autor desdobrado neste papel). Com efeito, ao lermos o prefácio somos informados de que a leitura do manuscrito da viagem de Sadeur fez descobrir ao editor “uma infinidade de traços da divina Sabedoria [austral]”²⁷, levando-o, por isso, a empenhar-se em trazer ao público europeu “as grandes luzes de que australianos desfrutam por relação às trevas que envolvem os nossos espíritos.”²⁸

O problema matricial de qualquer percurso de conhecimento, e do conhecimento científico em particular, é o de reivindicar uma ordem de sentido inaugural, o que passa por conferir “uma posição de realidade ao possível como tal”²⁹. Neste processo, os jogos de *realidade e ficção*, ou de “verdade e mentira”, segundo a clarificante expressão de Racault³⁰, afiguram-se indissociáveis do binómio *familiaridade e estranheza*. A este respeito, importa tornar presente que se é no diferente e no distante (a austro da Europa) que Foigny pôde imaginar elementos de *estranheza* necessários ao engendramento de um ponto de vista inaugural, a assunção desta passagem do desconhecido para o conhecido só adquire *valor de conhecimento* na condição do autor nos fornecer, também, elementos de *familiaridade* capazes de conferir ao quadro de sentido proposto um *efeito de realidade*, sem o qual o valor ilusionista de verdade seria, a bem dizer, inatingível. Diga-se que é, justamente, por ter dado provas de estar familiarizado com as viagens de tentativa de descoberta da terra Austral e, em concomitância, por recordar esses relatos e destino familiares ao leitor da literatura de viagens – à época tão em voga³¹

²⁷ *Ibid.*, p. 12.

²⁸ *Ibid.*, p. 13.

²⁹ Gilles Deleuze, *Diferença e repetição* (Lisboa: Relógio D’Água, 2000), p. 418.

³⁰ Jean-Michel Racault, *op. cit.*, p. 82.

³¹ O comentário de Chapelain (em “Lettre à M. Carmel”, datada de 15 de Dezembro de 1663), tão referenciado entre os estudiosos da literatura comparada, permite ilustrar a importância da literatura de viagens na França seiscentista: “Notre nation a changé de goût pour les lectures et, au lieu des romans, qui sont tombés avec La

– que Foigny pôde conferir um *efeito de realidade* à fictícia descoberta de Sadeur. Com efeito, Gonville e Queiroz eram no século XVII – e, por conseguinte, no tempo de Foigny – publicitados na literatura de viagens como os dois viajantes aos quais se atribuía o conhecimento da mítica *terra australis incognita*³².

O efeito de realidade necessário à criação do efeito ilusionista de verdade é igualmente forjado por enunciados de carga descritiva destinados a provocar a sensação de que o viajante, o manuscrito e o navio, são reais. O realismo deste tipo de enunciados, assente num jogo de verosimilhança, não é, todavia, incompatível com o idealismo que preside à construção do viajante imaginário. Pelo contrário, o caso de *L'Histoire des Sévarambes* permite ilustrá-lo, dado conjugar o recurso exaustivo a provas de autenticação do relato de viagem de Siden com o procedimento de construção idealizada do viajante e do seu relato. É o que de seguida irei ilustrar, através de algumas passagens da obra.

Na prefação de *L'Histoire des Sévarambes* são vários os elementos de autenticação da viagem e do manuscrito que subjaz à publicação do seu relato: o testemunho da existência do manuscrito de viagem do capitão Siden, dado por um médico holandês, em razão de o ter recebido como herança; a certificação da verdade desse relato, por várias pessoas que asseguraram ao médico a existência do navio Dragond'Or; o facto deste ter sido fretado para ir a Batávia, e a plausibilidade de ter naufragado; a passagem do manuscrito de Siden do médico para as mãos do editor; a ida deste à Holanda para se certificar ele mesmo da veracidade do relato, a qual vem a ser confirmada por PieterVanDam, o advogado da Companhia da Índias, etc.

O efeito de realidade assim forjado é reforçado pelo facto de uma parte destes elementos ter sido, conforme salientado por Marie-Thérèse Bourez³³, inspirada no verdadeiro relato de *Voyage aux Indes*

Calprenède, les voyages sont venus en crédit et tiennent le haut bout dans la cour et dans la ville.” Chapelain, citado por Jacques Chupeau, “Les récits de voyages aux lisières du roman” (*Revue d'Histoire Littéraire de la France*, 77, 3-4, 1977), p. 539.

³² Ver Numa Broc, *La géographie des philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIIIe siècle* (Paris: Éditions Ophrys, Publications des Universités de Strasbourg – Foundation Baulig, 1975), p. 174.

³³ Marie-Thérèse Bourez, *op. cit.*, pp. 34-36.

Orientales (1676), de Gautier Wouter Schouten³⁴, cirurgião holandês ao serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais. De entre esses elementos contam-se, nomeadamente, a alusão ao navio Dragon (o qual, tendo partido realmente de Texel, no norte da Holanda, conforme referido por Shouten no seu relato, terá naufragado perto de uma terra Austral) e a existência de Pieter Van-Dam (que foi realmente advogado na Companhia Holandesa das Índias Orientais, entre 1632 e 1706, ano da sua morte).

Este enfatizar do efeito de realidade, que já havíamos presenciado em Foigny, também é, em Veiras, articulado com um *jogo de luz e sombra* a assegurar, uma vez mais, o efeito de verdade do relato, indissociável da progressão – científica – do conhecimento nele contido. De facto, a construção do relato de Siden, constante do prefácio, denota uma ordem de conhecimento orientada para a observação com rigor e pautada pela descrição fiel e pormenorizada, a ultrapassar um estado de conhecimento confuso e superficial, senão mesmo de desconhecimento:

Os nossos viajantes contentam-se em ver somente as partes que se aproximam da costa, onde fazem o seu negócio, e não fazem caso dos lugares onde os seus navios não podem ir. Pois, como eles são quase todos gentes do mar, que viajam pelo único interesse comercial, muitas vezes passam diante das ilhas, e mesmo perto de continentes, sem se importarem de os assinalar, a não ser que seja necessário evitá-los. Daqui decorre que quase todos os conhecimentos que temos destas terras são devidos ao acaso; não havendo quase ninguém que tenha a curiosidade, ou os meios necessários, para fazer estas longas viagens, sem outro destino que não seja o de descobrir os países desconhecidos e produzir bons e fieis relatos.³⁵

Este estado de (des)conhecimento é referenciado a diversos tipos de protagonistas das autênticas viagens de navegação: viajantes, movidos por interesses comerciais; mercadores e marinheiros incapazes de fazer

³⁴ *Voyage de Gautier Shouten aux Indes Orientales, commencé l'An 1658 et fini l'an 1665.*

³⁵ Denis Veiras, *L'Histoire des Sévarambes* (Paris: Honoré Champion, 2001), pp. 61-62.

relações de viagem adequadas e príncipes que não investem nas viagens de descoberta:

[...] se eles [os príncipes] quisessem empregar uma parte do dinheiro [...] a enviá-los [homens jovens, curiosos e capazes] aos lugares, para aí observarem todas as coisas dignas de observação e para fazerem depois relatos fieis, adquiririam uma sólida glória [...]. Não é de duvidar que os relatos feitos por gentes a eles destinadas, educadas no estudo das ciências e das matemáticas, seriam mais exactos do que aqueles dos mercadores e dos marinheiros, que são na sua maior parte gentes ignorantes [...].³⁶

Convocando-os para o lado sombrio do conhecimento, Veiras vem, tal como Foigny, conferir ao seu viajante fictício uma atitude e uma prática que o aproximam do estatuto do verdadeiro sujeito de conhecimento.

Vários [dos navios holandeses] navegaram ao longo das costas do terceiro continente, a que chamamos comumente *as Terras Austrais desconhecidas*, mas ninguém as foi visitar para as descrever. É verdade que vemos as suas costas representadas nos mapas, mas tão imperfeitamente que daí apenas podem retirar-se conhecimentos muito confusos. Ninguém duvida que haja um tal continente, dado que vários o viram, e abordaram-no; mas como não ousaram avançar pelo país [...] dele apenas puderam dar descrições muito superficiais.

Esta história, que trazemos ao público, suprirá em muito este defeito.³⁷

Vimos que o verdadeiro conhecimento exige, para ser exequível, não só o objectivo baconiano de levar o entendimento à *descoberta* de novos conhecimentos, como também uma prática discursiva que nos transporta, afinal, para a “clareza” e “distinção” como critérios que separam o “verdadeiro do falso conhecimento”³⁸, do qual Descartes, no seu *Discurso do Método*, procurara libertar-se, ao deslocar-se do

³⁶ *Ibid.*, p. 62.

³⁷ *Ibid.*, p. 63.

³⁸ René Descartes, *op. cit.*, p. 56.

conhecimento até então adquirido, supostamente obscuro e confuso, para um lugar-outro, imaginado como o melhor dos lugares, porquanto inteiramente preenchido pela razão.

Importa, todavia, salientar que para figurar uma representação do conhecimento credível (ou científico) não basta inventar o viajante de estatuto inaugural, destinado pelo seu acto de descoberta a superar o desconhecimento, neste caso, do terceiro continente (a terra *australis incognita*), nem imaginar o relator, capaz de delimitar com clareza e descrever com rigor o objecto observado. É, sobretudo, necessário radicar a retórica de prefação num *pacto de leitura*, por meio do qual se é convocado – enquanto leitor – a entrar nesse *jogo de legitimação* científica de um relato de viagem utópico.